PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA
ESTADO DE SÃO PAULO
COMISSÃO DE GERÊNCIA DO PROGRAMA MUNICIPAL
DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
SECRETARIA EXECUTIVA

Identificação do Respondente	
Nome Completo	EDUARDO BARBOZA
Entidade representada, se for o caso	ABC SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA
Data de recebimento	13/03/2023

Questionário

	Contribuição/Esclarecimento	**Resposta**
1.	Fora apontado que a futura concessionária deverá arcar com um investimento em infraestrutura para o desenvolvimento de algumas etapas dos serviços propostos, gostaria que fosse esclarecido se durante o estudo foram indicados ou mapeados possíveis áreas para a implantação dessas estruturas, se as mesmas serão alocadas num mesmo lugar ou se possuirão unidades separadas.	Os estudos apresentados indicaram a possibilidade de instalação das unidades pertencentes à Central de Tratamento de Resíduos (das quais faz parte a Central de Triagem, a Unidade de Compostagem e a Unidade de Beneficiamento de Resíduos da Construção Civil), na área onde situa-se o aterro sanitário do Município de Itapecerica da Serra, que se encontra desativado, atualmente utilizado apenas para a realização das atividades de transbordo. Cabe ressaltar que a implantação das referidas instalações na área do aterro sanitário desativado colaborará de forma significativa para o monitoramento e controle ambiental da área em questão, bem como servirá de importante instrumento para a educação ambiental (visitação de estudantes). Quanto aos ecopontos, conforme definido no Anexo II – Termo de Referência, as quatro unidades serão implantadas em regiões pré-determinadas no Município, em locais que possuam área mínima de 2.000 m², os quais serão cedidos em comodato para a futura concessionária durante o período do contrato.
2.	Considerando que a malha viária de Itapecerica da Serra não dispõe de muitas avenidas com características para os serviços de varrição mecanizada, não seria prudente substituir esses serviços por varrição manual? Cabe ressaltar que o equipamento (varredeira mecânica), implicaria em montante elevado de investimento, que consequentemente	A prestação do serviço de varrição manual está prevista no escopo do contrato, de forma que nos itens 2.6.1.5 e 3.1.5 da minuta do Anexo II – Termo de Referência há indicação de que o serviço deverá atender a quantidade mensal de 6.000 km de guias de sarjetas varridas por mês, mantendo-se a frequência da prestação atual dos serviços, assim como os setores atendidos. Entretanto, considerando os apontamentos realizados, consultou-se a empresa contrata

	impactaria no custo final para os serviços de limpeza urbana no município?	para desenvolver os estudos técnicos e, diante dos esclarecimentos recebidos, será retirada a previsão de prestação do serviço de varrição mecanizada, mantendo-se apenas a varrição manual.
3.	Levando em consideração o apresentado nos estudos realizados, a modalidade do processo licitatório seria técnica e preço?	A licitação será realizada na modalidade de Concorrência Pública, com julgamento pelo critério de "menos valor da contraprestação pública", nos termos do art. 12, II, "a" da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, conforme indicado no preâmbulo, e nos itens 5.1 e 18.12 da minuta de Edital apresentada.
4.	A metodologia de execução a ser apresentada pelas licitantes teria peso no resultado final do certame? Ou já seriam descartadas pela nota de corte abaixo dos 700 pontos?	A avaliação da metodologia da execução será feita à título de qualificação técnica, nos termos do item 17 da minuta de Edital. Conforme disposto no Anexo II – Termo de Referência, serão consideradas habilitadas as licitantes que receberem pontuação igual ou superior a 370 pontos e que não tenham qualquer um dos itens exigidos na metodologia de execução avaliados como "não atende". Os critérios para a avaliação do atendimento aos itens exigidos na metodologia de execução estão detalhados no mesmo anexo.
5.	No item 16.7 do edital, "Qualificação Técnica", em relação a qualificação técnica não foi localizado a comprovação de registro da(s) licitantes(s) o CREA. Considerando o objeto e a complexidade dos serviços que serão contratados faz-se necessário que o(s) licitante(s) possua(m) registro na entidade mencionada.	Considerando que alguns dos serviços que fazem parte do objeto da Parceria Público-Privada não estão sob a ingerência do CREA, a exigência de apresentação de registro das licitantes junto a entidade poderia restringir a competitividade do certame. Sendo assim, como forma de garantir que as licitantes possuam a expertise necessária para a prestação dos serviços sem que haja restrição à competitividade, foi previsto no item 16.7.1 da minuta de Edital a exigência de apresentação de comprovante de registro do responsável técnico da empresa junto ao CREA, para além dos demais requisitos de qualificação exigidos no edital.

6.	Quanto aos itens do edital 16.8 "Capacidade técnico-profissional" e 16.9 "Capacidade Técnico Operacional" os atestados que estão sendo exigidos são da totalidade dos serviços que serão contratados?	Os atestados foram exigidos apenas em relação às parcelas de maior relevância do objeto e os quantitativos foram fixados em 50% do total previsto para a prestação dos serviços, em atenção aos entendimentos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP).

Itapecerica da Serra, 15 de março de 2.023.

IBIAPABA DE OLIVEIRA MARTINS JUNIOR
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos

CHRISTINA TIEMI NAKANO
Secretária Municipal do Desenv. e Relações do Trabalho

EDNÉIA P. OLIVEIRA
Assessor Especial